

DEPOIMENTO: MEMÓRIA CPC

PROFESSORA MARIA CECÍLIA FRANÇA LOURENÇO

MÔNICA JUNQUEIRA DE CAMARGO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO, SÃO PAULO, BRASIL. Arquiteta, doutora em História da Arquitetura e livre-docente pela Universidade de São Paulo. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, onde desenvolve a linha de pesquisa Arquitetura e Cidade Moderna e Contemporânea, particularmente arquitetura brasileira e patrimônio histórico. Diretora do Centro de Preservação Cultural da USP (2014-atual).
E-mail: junqueira.monica@usp.br

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i23p284-294>

1 INTRODUÇÃO

Como parte de suas atividades de memória, a equipe do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo (CPC-USP) recebeu a professora Maria Cecília França Lourenço para uma entrevista no dia 19 de maio de 2015, na qual foram abordadas questões referentes à estruturação do órgão, sua transformação de comissão para centro e a conceituação de suas atividades. Participaram da entrevista Gabriel Fernandes, Cibele Monteiro, Ana Célia, Mônica Junqueira, Claudia D'Arco, Sabrina Studart, Rafael Capellari e Lucimara Vianna.¹

Professora titular de História da Arte na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e museóloga, Maria Cecília França Lourenço possui graduação em Artes Plásticas pela Fundação Armando Álvares Penteado (1969), é mestre em Artes pela Universidade de São Paulo (1981) e doutora em Arquitetura e Urbanismo também pela USP (1990). Sua tese de

1. Esta edição do depoimento foi produzida a partir da reorganização dos trechos de fala da depoente, de modo a reunir fragmentos temáticos comuns e facilitar sua leitura na forma de texto. As intervenções dos entrevistadores foram removidas. Mantiveram-se ainda as operações promovidas na textualização da entrevista: foram eliminadas algumas das marcas da oralidade, redundâncias não significativas verificadas ao longo do discurso e trechos solicitados pelo depoente para eliminação na transcrição. O discurso foi, sempre que necessário à melhor fruição e fluidez da leitura, adaptado às normas ortográficas e gramaticais, sendo mantidas eventuais inconcordâncias apenas em casos significativos. Foram responsáveis pelas etapas de elaboração textual Giuliana Lima, Gabriel Fernandes, Jade Lockmann e Mayra Carvalho.

Livre Docência (1999) na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP) versou sobre museus brasileiros e a recepção da arte moderna e o tema da titularidade é concentrado na musealização da arte oitocentista. Dirigiu a Pinacoteca do Estado, o Centro de Preservação Cultural, o Monumento Nacional Ruínas do Engenho de São Jorge dos Erasmos e o Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAU, os três últimos junto à USP.

Sua gestão — a mais longa na história do CPC, de 1995 a 2002 — ampliou a noção de patrimônio cultural trabalhada pelo órgão, até então mais atrelada aos bens imóveis. Promoveu um inventário dos acervos artísticos e uma política editorial bastante consistente, consolidando direções e rumos que orientam até hoje os trabalhos do CPC.

Na conversa, a professora Maria Cecília discute sua concepção de uso qualificado do patrimônio e narra a elaboração da proposta editorial do CPC, descrevendo como a multidisciplinaridade se mostrou essencial para a estruturação não só da série Cadernos CPC, mas do órgão como um todo. Ela também apresenta seu posicionamento sobre a ação de cultura e extensão na Universidade, afirmando que é apenas com diálogo com a comunidade e troca de experiências que essa ação se consolida.

2 USO QUALIFICADO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

É com muito prazer que venho falar de coisas já com vinte anos. Quero agradecer muito a possibilidade de estar aqui, trazendo esses dados. Procurei sempre deixá-los assinalados: penso que quando se publica, opera-se um trabalho de extensão universitária. Proferem-se palestras, depois a fala vai com o vento: é evento! Quando se documenta, contudo, e todas as personagens atuam no momento, há espaço para se manifestar dúvida: “Não, não foi assim, mas de outra forma”, pode-se ajustar. Sempre me preocupou, como historiadora de arte, o costume da memória rósea, da qual se acabam tirando desvios e contradições.

Fui chamada em 1995, pelo então pró-reitor Jacques Marcovitch²,

2. Jacques Marcovitch, professor doutor titular em Administração pela FEA-USP, pró-reitor de Cultura e Extensão Universitária entre 1994 e 1997, reitor da Universidade de São Paulo de 1997 a 2001.

para dirigir a chamada, naquele período, Comissão de Patrimônio Cultural³. Ocorreu em contexto no qual a Universidade estava obrigada a pagar o que hoje seriam, digamos, 50 mil dólares por dia, caso não se desse uma destinação à Casa da Dona Yayá⁴ e ao atualmente nomeado Monumento Nacional Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos⁵. Ele falou o seguinte: “Visando a selecioná-la, pedi para pessoas com distintos interesses e funções na Universidade uma lista de quem poderia equacionar este problema. E você foi escolhida, em especial, por colegas que respeito muito!”.

Nunca antes presenciara algo assim! Dirigi a Pinacoteca do Estado paulista, sendo nomeada por raro concurso⁶ e outras instituições públicas em processo para escolha tão variado — por isso quero assinalar a atuação do professor Jacques na Pró-Reitoria. E mais, ele pediu que eu fizesse um Projeto Gestor, tendo me entregue o dele, bem desafiador, para então projetar algo para a CPC.

A partir dessa provocação ensejada pelo professor Marcovitch, julguei oportuno fundamentar o Plano Gestor em conceito — tendo elaborado o de *uso qualificado do patrimônio*. Porque se conhecem grandes autores e teóricos; o país é signatário de tantos órgãos internacionais, já está tudo deliberado e escrito. Como professor universitário na área, tem-se que dominar esse saber. Mas de que forma a Universidade conseguiria propor conhecimento? O que a USP formaria de distinto em patrimônio, que não fosse mais do mesmo?

E o que equivaleria a qualificar? Discutir com segmentos comunitários representativos do lugar, com os órgãos de preservação, ir ao Ministério Público, procurar interagir com instrumentos jurídicos e de preserva-

3. A Comissão do Patrimônio Cultural da Universidade de São Paulo foi fundada em 1987 e tinha por objetivo a reflexão e a deliberação sobre as ações em torno dos bens tombados da universidade. Em 2002, a Comissão ganhou *status* de órgão de cultura e extensão e passou a se chamar Centro de Preservação Cultural.

4. Casa de Dona Yayá, imóvel tombado em nível municipal e estadual localizado na Bela Vista, em São Paulo. Desde 2004, é sede do Centro de Preservação Cultural da USP, órgão sucessor e herdeiro da antiga Comissão do Patrimônio Cultural. Em 1995, a Casa encontrava-se em situação de arruinamento, apesar das ações emergenciais promovidas até então pela Comissão do Patrimônio Cultural da USP.

5. As Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos constituem um sítio arqueológico quinhentista localizado em Santos, bem como um órgão ligado à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP com sede no mesmo local e tombado em todas as instâncias preservacionistas.

6. Pinacoteca do Estado de São Paulo, instituição dirigida pela professora Maria Cecília França Lourenço entre 1983 e 1987.

ção em instâncias variadas, da municipal à federal e mesmo internacional, entre outros. E montar uma equipe, porque sozinho não se chega a nada. Felizmente, a CPC tinha a Claudia⁷ que aqui está, assim como os membros do Conselho, que também ajudaram muito. Cada conselheiro assumia uma tarefa, mas não havia muitas pessoas no quadro funcional da Comissão, ao contrário, éramos poucos. Quando entrei, o Conselho já estava formado, sem se propor protagonismo, sendo consultivo. Expus a eles um pré-programa para verificar, discutir e debater conflitos. Abordei a questão do *uso qualificado* relativo ao Engenho, em que deveríamos nos articular com a Promotoria Pública, com o órgão de preservação de Santos e com distintas comunidades no entorno e nem sempre cordiais. E esse diálogo de dupla mão mostrou-se muito benéfico, pois se pôde ter contato com perspectivas diferentes das usuais na Universidade.

No caso do Engenho, se fazia urgente formular novas buscas sobre o tipo de povoação, reconhecer a diversidade da interlocução. Lá, por exemplo, julgava-se indispensável conversar com as comunidades quilombolas, religiosos, educadores, associação de moradores, entre outros. Há um cemitério com pessoas enterradas vivas, lá. Como não levar em consideração tantas variáveis?

O que fazer? Erigir algo singular se mostrava ímpar, mas sem se prever a contribuição de profissionais em áreas e ações variadas? O mais adequado residiu em trocar conhecimento e decisões com inúmeros agentes, avaliar o contexto e, em especial, firmar a posição da USP como um dos atores propositivos. Conversava-se muito com os setores, com a presença de conselheiros para dar suporte à discussão, mostrar a instituição, a que ela veio, e começar essas pesquisas e ações. Julgou-se ser esta uma forma de consolidar a atividade dentro e fora da Universidade, já vislumbrando também uma estruturação do Engenho como órgão, assim como na então CPC.

Tínhamos que sistematizar a noção de como se recupera para o uso qualificado. Lembro que, em patrimônio e em museus, o principal não se afere por números, já que estes não traduzem muito. A pergunta não seria *quanto*, mas qual a *qualidade* do que se cultivava. E o que vocês implementam

7. Cláudia Alvim D'Arco, secretária da antiga Comissão do Patrimônio Cultural, e de seu sucessor, o Centro de Preservação Cultural, de 1986 a 2017.

aqui no CPC é bom exemplo disso: gestões e gestões vêm *qualificando* esse uso. Fico muito feliz de ver o que se foi gerando nas áreas e cada um que vem dirigir protagoniza uma demanda, vai potencializando, e com isso há hoje algo consolidado no CPC.

3 PUBLICAÇÕES DA CPC

Entendo as publicações como um trabalho de extensão cultural, porque mesmo para o indivíduo que está no interior do Piauí, em Pedro II, onde se encontra a pedra opala, o livro chega. Lá talvez não pegue bem celular, telefone, internet! Mas a publicação chega, para colaborar com a formulação preservacionista e inquirir: o que é, como e porque é? Isto soou muito significativo a mim e ao Conselho apoiados pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão e pela Editora da Universidade de São Paulo (Edusp).

Organizou-se a coleção *Cadernos CPC* e para o inicial convidou-se o saudoso Murillo Marx⁸ para redigir ensaio, por ser a conclusão de pesquisa que ele acionara — e todos os diretores têm sido gentis com os anteriores. Uma coisa a sublinhar constitui-se em deixar os direitos autorais da coleção *Cadernos CPC* para o próprio Centro. Decidi abrir mão deste como organizadora e de cada uma das cinco edições por mim organizadas — e elas esgotam. Mas é do CPC e o recurso auferido reverte para novas publicações do órgão. Trata-se de aspecto ético, para mim essencial. Dessa forma, afiança-se a sequência e a edição fica autônoma. Esse é um segundo veio que se mostrava relevante, naquela etapa.

O outro ponto é: enquanto os diretores e professores debatem procedimentos, condutas e ideais comuns na USP, os técnicos nem tanto. Onde está a rede das pessoas que trabalham com museu ou patrimônio? Por conta disso, uma das iniciativas tomadas direcionou-se a abrir diálogo com todos os restauradores da USP. Houve certa adesão por dois, três anos, editando-se algumas publicações.

8. Murillo Marx (1945-2011) foi professor doutor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, diretor do IEB (Instituto de Estudos Brasileiros), do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, do DPH (Departamento do Patrimônio Histórico), vice-presidente do Condephaat e conselheiro da Pinacoteca do Estado. Dirigiu a então Comissão de Preservação Cultural entre 1991 e 1994.

Regina Tirello⁹, que estava lotada aqui, no canteiro-escola de Pintura Mural, realizava esse trabalho admirável¹⁰ e que profissionalizou muitos com base no fazer. São pessoas que hoje se ocupam de restauro em projetos complexos. Além de atuar na Casa de Dona Yayá, ela também restaurou pinturas na sede da FAU, à rua Maranhão, assim como em todas as que se fizeram necessárias. Assim, tentou-se espelhar na USP o conceito de coletividade e trabalho multidisciplinar. Aqui se praticavam ações, pensadas em distintos segmentos.

O setor de Banco de Dados, quando entrei, já dava conta de uma série de edições em formato de “apostilas”, vamos chamar assim. Conversei com a encarregada na época e propus que se solicitasse projeto a um artista gráfico. Porque patrimônio já tem esse estigma de coisa passada, e cultura não existe sem extroversão. Isso é militância! Militância: vai, faz, apresenta, ouve e troca. Além de implementar, há que se tornar visível. Como? Qualificando.

É um pouco esse o quadro que percebo na criação de alguma coisa que funcione e que a USP e demais setores valorizem. Daí essa iniciativa em chamar um designer gráfico. O projeto é do Chico Homem de Melo¹¹ — e ele, além de criar, discutia e propunha. É daquelas pessoas que têm uma cultura visual e leem muito. A relação com o objeto não se reduziria a uma bela foto, tinha que se pautar com o conteúdo. Ele elaborou um projeto visual digno para a série *Cadernos CPC*, o primeiro, *Obras escultóricas em espaços externo da USP* (1997), em que se procurava estabelecer uma permanência, uma visualidade que não ficasse datada. Desta forma, sempre se tentava incidir nesse mote: “Aqui tem projeto e precisa ser muito bem feito”.

As Ruínas Engenho dos Erasmos se localizam no volume dois, *Bens tombados ou em processo de tombamento* (1999), aliando várias unidades,

9. Regina Tirello é doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (1999) e responsável pela criação e coordenação do programa Conservação e Restauração de Bens Arquitetônicos e Integrados do CPC de 1988 a 2009.

10. Refere-se ao restauro das pinturas parietais da Casa de Dona Yayá, organizada na forma de um canteiro-escola.

11. Francisco Inácio Scaramelli Homem de Melo, professor doutor do Grupo de Disciplinas de Programação Visual do Departamento de Projeto na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP desde a década de 1990. Designer gráfico e ambiental, foi responsável pelo projeto gráfico original da série *Cadernos CPC*.

porque começou-se a intuir que em setores da USP nem sempre se redige a própria memória. Existe aquele pessoal mais velho, memória viva, que, ao se perguntar algo, como “de quem é aquele busto?”, identifica o homenageado. No entanto, pouco se escreve, grava-se, ou se solicitam depoimentos. No citado, documentam-se processos e materiais edificatórios e cabe inquirir: como construíam, quais os meios para se erigir em distintas eras, a incluir a Colonial?

Montou-se simultaneamente o caderno quatro, *Direitos humanos em dissertações e teses da USP (1934-1999)*, lançado em 2001, mais um saber em área sensível, tratada no estatuto de patrimônio. Já no ano seguinte, 2002, o CPC concluiu o quinto da série *Homenagem aos mestres: obras escultóricas na USP* (2002). E a cada nova publicação chamavam-se estudiosos, na busca de distintos enfoques, críticas e versões sobre um mesmo objeto de pesquisa.

Como a Casa de Dona Yayá e o Monumento Ruínas dos Erasmos, este ainda vinculada à CPC, estavam inseridas em problemáticas diferentes, resolveu-se editar um volume especial sobre a Yayá (1999), volume três. Aliaram-se pesquisas sobre a personagem e circunstâncias, o bairro e a edificação. Mas, entre os ensaios, faltou o de Janjão¹². E a esta lacuna, por razões que não cabem aqui apontar, a dedicatória do meu texto foi: “Ao grande ausente”.

Sobre as fotos, vale assinalar: o Chico tinha uma orientanda, a Ângela Garcia¹³ cujo trabalho envolvia estudo de quais eram os ângulos mais expressivos, qual a fotogenia dos edifícios na arquitetura aqui do centro. Daí resolveu-se convidá-la para fotografar. Então, havia muito essa troca de função, todos em igualdade pelo trabalho, e não tanto essa meritocracia que por vezes rege a Universidade. Hoje em dia mudou, mas julgou-se estimulante ter o Chico e a orientanda de trabalho final na graduação, um olhar diferente do meu, do dele e dos demais.

12. Antônio Luiz Dias de Andrade (1948-1997), conhecido como “Janjão”, professor doutor da FAUUSP, foi superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico em São Paulo, entre 1978 e 1994. Atuou em alguns dos primeiros trabalhos de prospecção e de estudos sobre a Casa de Dona Yayá. Andrade faleceu durante a preparação do livro sobre a Casa de Dona Yayá.

13. Ângela Célia Garcia, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP, responsável pelos ensaios fotográficos dos *Cadernos CPC Obras escultóricas em espaços externos da USP* (1997), *Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP* (1999) e *Homenagem aos Mestres: esculturas na USP* (2002)

4 DE COMISSÃO PARA CENTRO

Logo em seguida, batalhou-se para montar a estrutura do órgão. Vocês têm as datas aí: a institucionalização para sair de uma comissão, a qualquer hora dissolvida, e se consolidar como “Centro de Preservação Cultural”. Inclusive, em função da sigla “CPC”, fez-se empenho para mantê-la, pois é um nome histórico de resistência à ditadura civil-militar (1964-1985), excelente referência de como uma cultura situa-se com ganhos ao se posicionar contra um padrão vigente. Já estava acertado também um veio de continuidade: publicação, protagonismo das pessoas e presença de estudantes.

Sobre a pesquisa, o que se trazia era fruto de muita análise. Vai, olha, levanta, “Ah, ele falou isso? Espera aí, veja também o contraditório e a posição de onde fala o depoente, quais seus interesses, o que e por que há o indizível?”, “Ah, mas existe o conflitante a declarar outra coisa, vamos investigar”. Assim, há que se trilhar todo esse confronto exigido para se obter algo verídico e válido.

Havia o problema do projeto para a Casa de Dona Yayá. Tenho um péssimo hábito: prefiro pensar — concurso resolve impasses, pois há a opção de chamar pessoas, mas seria uma decisão monocrática. Defendi: “Vamos fazer um concurso de ideias para resultar em algo com *uso qualificado*.” Montamos o edital para debater sobre a destinação, o uso e as transformações, indagando “por que, para que, para quem”? Qual a finalidade do solário? Conviria cenarizá-lo de forma espetacular, explorando características biográficas? A isto houve um uníssono NÃO. E aí também, após diálogo com todos os órgãos, conseguiu-se a aceitação nas várias instâncias para levar avante o referido concurso.

Ainda permanecia o entrave do tombamento da Casa, já que o processo havia desaparecido. Sabia-se da ida ao Condephaat, quando se exarara parecer a favor. Pesquisou-se no Condephaat, sem efeito. Isto aludiria em reiniciar as etapas, da estaca zero, para concretizá-lo, e esse foi o outro capítulo. Num dado instante, quando saiu o livro sobre a Casa de Dona Yayá, foi localizado o documento, entrou em regime de urgência e por fim foi tombado, também agora com apoio de outro pró-reitor notável,

Adilson Avansi de Abreu¹⁴.

Pareceu-me que o instrumento do tombamento seria mais uma garantia de que a Casa não se transformaria em uma dessas fantasias que se vê pela cidade: casa bonitinha na frente e atrás um enorme prédio que ganha muito e pouco devolve à população em geral.

Por fim, fizemos o concurso¹⁵: foram apresentados vários projetos. Ganhou um conjunto formado por GREA/Programa do Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina-USP, como se constata no Arquivo CPC. Constitui-se em núcleo de prevenção a álcool e drogas e se passaram meses em reuniões, ao final de minha gestão, mas não foi adiante por uma série de fatores, cabendo à nova diretora, Ana Lúcia Duarte Lanna, adaptar para outras perspectivas.

Nesse meio tempo, eu estava em contato com a professora Ana Lanna¹⁶. Ela falou algo como “vou tentar fazer acontecer”. Acho que vocês conhecem a professora. Ela é tenaz na defesa da Universidade e tinha “calo na mão” de tanto bater na porta das pessoas para solicitar apoio nisto ou naquilo, razão pela qual hoje se está aqui. Foi fulcral o papel dela, no sentido de viabilizar outro uso, depois de todo esse processo. Estão aí os relatórios, pareceres, tudo bem documentado aqui no CPC — mas infelizmente não foi adiante o resultado e o CPC mudou-se da Cidade Universitária para cá.

A publicação sobre a Casa de Dona Yayá mostrou um caminho de preservar por razões imateriais, antes de se falar nisso. Então, se se consulta a data da Carta do Patrimônio Imaterial, constata-se que o livro é anterior a ela. Colocou-se em prática esse conceito de que o melhor para

14. Adilson Avansi de Abreu: professor doutor titular, realizou toda a formação acadêmica como geógrafo na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas-USP, tendo dirigido esta Unidade (1990-1994) e o Museu de Arqueologia e Etnologia/MAE-USP (1994-1997). Foi pró-reitor de Cultura e Extensão (1997-2005) e presidente do Condephaat (2007-2008), como se observa na Plataforma Lattes CNPq.

15. Trata-se de concurso de ideias para uso qualificado da Casa de Dona Yayá, pelo qual o CPC cederia à instituição com o projeto vencedor o uso do espaço destinado à realização das atividades propostas, com a contrapartida do restauro, manutenção e uso público qualificado do imóvel.

16. Ana Lucia Duarte Lanna, professora doutora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, foi diretora do CPC entre os anos de 2002 a 2006, sucedendo a professora Maria Cecília.

qualificar o patrimônio na USP se volta para a produção de conhecimento. Assim, lendo-se esse volume da série *Cadernos CPC*, se localizarão valores e considerações opostos. A intenção seria trazer ideias em conflito. Não se buscavam narrativas apenas. Havia um certame ao final do caminho. E versava sobre a ocupação de imóvel denso de História. Todo esse cenário intrincado estabilizou-se quando o CPC veio para cá!

Há questões de gênero e asilamento neste espaço que são admiráveis, mas existe uma série de outras. Eu acompanho com muito entusiasmo o que vocês realizam e estou sempre sabendo, vendo, recebendo programação, pois se criam raízes com as instituições. E julgo que todos esses sonhos que gerações de pessoas antes de mim, depois e hoje compartilham, estão sendo cumpridos.

Vive-se ocasião exponencial para se aprofundar muitos debates, pois todo e qualquer órgão da Universidade tem que se dedicar a ensino, pesquisa e extensão. Uns mais de extensão, outros mais de ensino ou pesquisa, sendo essa trilogia muito bem dosada no CPC. A relação entre ensino, pesquisa e extensão levada a efeito, ou extensão, se preferirem, é ótima. Para produzir conhecimento, há que se aprofundar e disseminá-lo, na USP, sendo imprescindível trocar com a sociedade. Não para ensinar, não é esse paternalismo. É para aprender, dialogar, trazer de volta e aprimorá-lo.

Reflijo que um órgão como este harmoniza tais fatores de um modo exemplar. Por conta do contexto conturbado atual, entendo ser oportuno e necessário aprofundar essas relações com a sociedade. Aqui, um diferencial da USP — a produção de conhecimento. Não reprodução. O conhecimento elaborado acaba sendo referencial em outros setores e em concursos, para citar apenas dois.

Defendo que esses outros temas, sobretudo da cultura imaterial, por constituir ponto vigoroso, podem ser ampliados. Não é pedra e cal, não é obra de arte. Inclui-se nessa área uma série de questões ressaltáveis para alargar esse universo do patrimônio imaterial e, ao se ter clareza de que se consegue com mérito e operosidade levar adiante, então muita coisa por certo ocorrerá. Concretizar esses trabalhos, pensar em ações originais, inventivas, criativas, é a hora! A Universidade somos nós. Demanda assumir papel protagonista e o CPC vem operando muito bem. Grata pela deferência, Ciça.